

1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes that proper record-keeping is essential for transparency and accountability, particularly in the context of public administration and financial management. The text highlights that records should be kept in a clear, organized, and accessible manner to facilitate audits and reviews.

2. The second part of the document outlines the specific requirements for record-keeping, including the need to maintain detailed logs of all financial transactions, personnel movements, and operational activities. It stresses that records should be kept for a minimum of five years, unless otherwise specified by applicable laws or regulations. The document also notes that records should be stored in a secure and protected environment to prevent loss or unauthorized access.

3. The third part of the document discusses the role of record-keeping in the overall management and performance of an organization. It explains that accurate records provide valuable insights into organizational operations, enabling management to identify areas for improvement and make data-driven decisions. The text also highlights that records are crucial for legal compliance and for resolving disputes or claims.

4. The fourth part of the document provides guidance on the implementation of record-keeping practices, including the selection of appropriate record-keeping systems and the training of staff. It emphasizes that record-keeping should be an integral part of the organization's culture and that all employees should be responsible for maintaining accurate records. The document also notes that regular audits and reviews should be conducted to ensure the effectiveness of record-keeping practices.

5. The fifth part of the document discusses the challenges associated with record-keeping and offers strategies to overcome them. It identifies common challenges such as data redundancy, inconsistent record-keeping practices, and limited resources. The text suggests that organizations should adopt standardized record-keeping procedures, invest in record-keeping technology, and ensure that staff are adequately trained and supported.

6. The sixth part of the document concludes by reiterating the importance of record-keeping and the need for continuous improvement. It encourages organizations to regularly review and update their record-keeping practices to ensure they remain effective and compliant with the latest requirements. The document also notes that record-keeping is a key component of good governance and that organizations should strive to maintain the highest standards of record-keeping.

da unidade do pensar, isto é, de que “...em si, só existe um pensar”. A Enciclopédia é um compêndio condensado e, enquanto “esquema” discursivo possui algumas “limitações técnicas” pois como o autor afirma esse esquema:

... restringe especialmente o desenvolvimento de sua dedução sistemática – que deve conter o que se entendia outrora como sendo a prova e é indispensável a uma filosofia científica.” (p. 13)

Penso que essa indicação é mais do que suficiente para justificar a tentativa deste intérprete de desdobrar o texto à procura de esclarecimentos sobre as perguntas centrais da pesquisa. Entretanto, fazer isso com todo o texto da Lógica requer um tempo de que a pesquisa não ainda dispôs, por isso me deterei nas respostas e mesmo outras questões que, exatamente por estarem na Introdução, suponho precederem as motivações desta pesquisa, muito embora se possa mais tarde, depois de alcançar um visão do todo do texto, questionar a sua precedência. Esta é uma hipótese que poderia objetar um interlocutor conhecedor deste todo. Porém, como os problemas apresentados na Introdução e portanto, incorporados à minha pesquisa, significam perguntar-se o que é a Filosofia, não há como deixar de tentar recolocá-los, no mínimo como tentativa de construir, de início, uma visão referencial.

Ressalto que não estou dizendo simplesmente que o texto deve ser lido com especial atenção, porque é óbvio que isso é recomendado para qualquer texto filosófico. Mas seu “caráter enciclopédico” praticamente exige e impõe a busca de articulações que nos mostrem a sua linha de raciocínio. Esta é uma das intenções deste trabalho: laçar algumas noções que flutuam na estratosfera conceitual e trazê-las mais para perto das “simples representações” utilizadas por nós, mortais. Procurar clarear e desenhar um relevo de relações de seus conceitos. Muito embora essa não seja uma tarefa recomendada pelo autor que diz no parágrafo 3:

“...ora, em um conceito nada há mais a pensar que o próprio conceito.”
(p. 43)

Entre outras questões que a Introdução acrescenta ao presente trabalho, menciono as seguintes: (a) a problemática de por onde começar uma investigação filosófica, ou em outras palavras, a questão da “legitimação” de pressuposições; (b) as relações entre as diferentes manifestações dos modos da consciência e mesmo (c) a necessidade da filosofia para a consciência ordinária. Como se vê são questões amplas que não aludem diretamente às perguntas centrais da pesquisa, que interrogam a existência e “funcionamento” de um suposto “método dialético, com exceção do parágrafo 11.

Mas, como cada parte da Enciclopédia deveria sinalizar um “âmbito” do todo segundo Hegel, é importante dar crédito à essa sua promessa e buscar, na compreensão destas questões, “instrumentos conceituais” que nos permitam adentrar o funcionamento da “maquinaria da Lógica” com o perdão da expressão. Ademais, cabe mencionar ainda, a espantosa pretensão de Hegel de que a Enciclopédia constrói um método de investigação inovador e:

... estabelece uma nova elaboração da filosofia conforme um método – que como espero, ainda será reconhecido como o único e verdadeiro (e) idêntico ao conteúdo. (p. 13)

Não é fora de propósito supor que essa isomorfia entre método e conteúdo pode ser travestida como a isomorfia entre o pensar e o mundo. Como se daria isso? Embora numa resposta plausível fosse necessário o esclarecimento dos elementos da questão², o pensar e o mundo, é possível imaginar, antecipadamente uma resposta hegeliana: via conceito, que é filosofar. Mas essa resposta rápida encontrará dificuldades apresentadas logo no parágrafo 1.

Há inicialmente duas dificuldades: o estabelecimento do objeto da filosofia, que, ao contrário das outras ciências não pode ser pressuposto como “...imediatamente dado pela representação.” (p. 39) e a inexistência de um método previamente admitido para se alcançar o conhecimento “ – para começar e para ir adiante.” Essas duas dificuldades possuem uma relação óbvia: se não é possível determinar, pelo menos num primeiro momento, qual é o objeto da investigação filosófica, parece que não há como estabelecer um método para essa investigação. Não é possível dizer como proceder uma investigação sem dizer o que se vai ou se pretende investigar. Resta saber o que significa “representações imediatamente dadas”

“Representação” é uma palavra que, no sentido trivial, é ação de tornar presente alguma coisa; no texto a expressão assume um sentido de “*determinidades*” da consciência. Nesse sentido está relacionado com um determinado conjunto de “*determinidades*”: sentimentos, intuições, imagens, fins, deveres, etc., que são diferentes dos pensamentos, categorias e conceitos, e que são colocados em seu lugar pela Filosofia, explicação encontrada no parágrafo 3. Mas detendo-nos no parágrafo 1 concordaremos que, nesse segundo sentido, o objeto da Filosofia não aparece imediatamente dado. Quando vamos estudar a fotossíntese, por exemplo, pressupomos tranquilamente a existência de árvores, folhas, de termos, no mínimo, a impressão ou sensação (imagem) de que nos aparece a cor verde, ou seja uma série de *representações*. Mas, em se tratando de uma investigação filosófica é difícil apresentar as “qualidades sensíveis” de um problema filosófico objeto dessa investigação, se é que isso é possível. Para Hegel o objeto da Filosofia é a verdade. E, embora isso não seja desenvolvido na Introdução, como se não importasse à lógica que está sendo afirmada, Hegel assevera que deus é “a” verdade e a verdade é deus.

Após apresentar as duas dificuldades iniciais e indicar o objeto da Filosofia, o autor diz que, não apenas é possível manter-se um interesse pelo trabalho filosófico, como que este possui uma familiaridade com seu objeto. Essa familiaridade se dá justamente pela relação do filosofar com as representações: antes de produzir conceitos, a consciência produz representações dos objetos e, embora estas sejam diferentes das categorias, pensamentos e conceitos é “... *por meio do representar e voltando-se para ele que se pode avançar até o conhecer e o conceber pensantes.*” (p. 39)

Disso concluímos que, embora não possamos pressupor o objeto da filosofia como imediatamente dado pela representação, é preciso admitir que a Filosofia não é alheia a ela, porque a “investigação da verdade” também se utiliza das representa-

ções para chegar a outros modos de consciência de um objeto qualquer, no caso a “indefinível” verdade, que para Hegel é Deus.

Entretanto, dizer que o objeto da Filosofia é a verdade e que nesse rumo as representações estão presentes, mesmo sem nos mostrar diretamente o objeto, não justifica nenhuma necessidade de se filosofar e sequer nos mostra exatamente qual é o objeto da Filosofia. O ser humano pode não querer saber a verdade. Hegel irá afirmar, sobre isso, que a Filosofia precisa demonstrar ainda sua necessidade, pois a familiaridade não é suficiente para “... *legitimar pressuposições e asseverações.*” (p.40) O parágrafo 1 encerra-se com a afirmação de que o começo “...*como algo imediato*” (p.40) é um problema paralelo a esse da demonstração da necessidade, porque um começo “... *sempre faz sua pressuposição; ou melhor, ele mesmo é uma pressuposição.*” É como se a Filosofia estivesse sempre colocada frente a necessidade de combater uma “petição de princípio”: exige-se dela que demonstre estar concluindo verdades das verdades que precisam ser provadas, no caso que se está discutindo, a Filosofia precisa provar o que ela é e quais são as suas determinações.

O problema de demonstrar a necessidade da filosofia e “... *de provar tanto o ser já como as determinações do seu objeto.*” (p. 40) pode ser interpretado como tentativa de verificar possíveis arbitrariedades, isto é verificar em que medida o “processo filosófico” de produção de conhecimento, de alcance da verdade por essa via, possui bases ou princípios seguros. Portanto o problema do começo emerge “...*ao mesmo tempo.*”, já que, se explicitamos um princípio, podemos nos perguntar: quais as bases desse princípio? ou: qual é o princípio desse princípio? Então, seja lá qual for o começo, sempre que ele nos conduz a um outro raciocínio, este contém pressupostos daquele. E quando damos um passo atrás, é possível procurar aquilo que um determinado princípio pressupõe. E parece que isso é possível até o infinito, tanto no filosofar, um considerar pensante, que supostamente tem a verdade por objeto, quanto, diria eu, no âmbito das representações. Ressaltando que esses dois “níveis” não se excluem mas transformam-se um ao outro. (p. 42) Em síntese podemos afirmar que, a partir da dificuldade de estabelecer seu objeto e seu método de investigação, e aceitando esse objeto como sendo a verdade, pode-se lançar à Filosofia questionamentos quanto à sua necessidade, a arbitrariedade ou não do estabelecimento da verdade como seu objeto, ou, noutros termos: por onde, por que começar a filosofar e como fazê-lo?

A dificuldade consiste pois, em se ter um ponto de partida seguro e auto-explicativo de suas pressuposições. Aparentemente não há esse ponto de partida primeiro. Hegel termina o primeiro parágrafo com uma “tese negativa”

O primeiro parágrafo é um modelo que pode ser projetado para a Introdução como um todo. Temos basicamente três teses neste parágrafo que articulam uma estratégia de apresentar uma idéia e logo em seguida sua oposta: a primeira tese é negativa e demonstra a indeterminidade do objeto da filosofia – a tese seguinte afirma a familiaridade desse objeto indeterminado da Filosofia e suas possibilidades de avanço, rumo ao “conhecer e pensar conceituantes”, onde o meio em que ela atua é justamente o das representações, embora seja diferente – e finaliza com a tese (negativa) de que qualquer começo possui pressuposições e não há como escapar a essa dificuldade.

A noção de “contraditoriedade” do pensar desponta. Ressaltando que em passagens seguintes o autor afirma que essa espécie de negatividade não é suficiente para uma adesão a doutrinas de saber imediato ou horror às ciências racionais, e também procurará resolver esse aparente paradoxo do seu sistema, com a explicação de que a objetivação do pensar sempre resulta e produz a negação em relação a outros aspectos ou modos da consciência: o pensar “... *se engendra a si mesmo*” e se torna seu objeto, mas não sem produzir lacunas ou, emprestando a expressão de Rui Fausto, “zonas obscuras”

Parágrafo 2

A primeira resposta à questão de o que é a Filosofia, é, segundo Hegel, uma “...*consideração pensante dos objetos.*” (p. 40). Que a Filosofia se efetua através do pensar não há dúvida para o autor, dado que é uma atividade humana, e o humano se distingue dos animais pelo pensar, um pressuposto necessário à qualquer manifestação de humanidade. O pensar está presente em todas as atividades humanas. Mas a Filosofia é um modo específico de pensar, é

...uma maneira pela qual o pensar se torna conhecer e conhecer conceituante (...)” (p. 40)

Essa especificidade do pensar filosófico é uma diferença “...*em relação ao pensar ativo em tudo o que é humano, e mesmo que efetua a humanidade do humano.*” (p. 40) Essa diversidade, porém, é proporcional à identidade do filosofar com as demais formas de pensamento. Aqui surge a noção de unidade do pensar. Diz Hegel: “...*em si só existe um pensar.*” (p. 40) A diferença da Filosofia é mantida por aquilo que o autor expõe como um fato dado:

...o conteúdo humano da consciência, fundado graças ao pensar, não aparece³ primeiro na forma de pensamento, mas como sentimento, intuição, representação – formas a serem diferenciadas do pensar enquanto forma.” (p. 40)

A idéia de que “...*o homem se distingue dos animais pelo pensar*” é, segundo Hegel, um “...*velho preconceito, uma proposição que se tornou banal (...)*” No texto ela é invocada contra a contemporaneidade do autor porque esta pretende, segundo ele, dividir definitivamente o sentimento e o pensar, como “opostos hostis” num “processo em que o pensar aniquila completamente o sentimento, especialmente o religioso, como se este não tivesse sua origem e lugar no pensar. Portanto, já que a religiosidade é uma manifestação “tipicamente” humana, assim como o direito e a moralidade, que não são compartilhados pelos animais, ela é fundada no pensar, que é o que nos distingue dos animais.

Suspeito que a fórmula desse raciocínio hegeliano poderia ser analisada como uma espécie de silogismo: o que distingue o homem dos animais é o pensar, isto é, o pensar se estende à tudo que é humano, logo a religião como manifestação humana

é permeada pelo pensar. Sem dúvida se a noção de pensar não fosse amplamente considerada, já que para Hegel ela inclui as representações, os pensamentos, as categorias e os conceitos, enfim, “tudo” que perpassa a consciência humana, as “condições de verdade” dessa espécie de silogismo estariam comprometidas. Dizer que tudo que é humano é pensar, necessitaria de uma explicação do conteúdo desse conceito de “pensar” para que ele fosse atribuído à religiosidade, explicação feita por Hegel anteriormente. Do contrário poder-se-ia objetar que há um pensar que possui alguns elementos que contradizem a forma da religiosidade: possui uma forma expressamente diferente, e que impossibilitaria qualquer relação. Por exemplo, se o pensar fosse considerado, exclusivamente como razão ou racionalidade, digamos matemática, ele não comportaria o tipo de sentimento da fé religiosa. O processo e o resultado do cálculo superior é completamente distinto do de um cântico evangélico ou de um mantra iogue. Assim, lado a lado, um matemático londrino e um místico hindu, não restaria dúvida de que somente o primeiro seria considerado humano ou efetuaria humanidade.

Essa separação entre pensar e sentir, que Hegel chama de *...preconceito da época atual.*” (p. 40), baseia-se na evocação de um tipo de pensar, que para o autor pode ser classificado como “... *reflexão: o pensar que reflete, que tem por seu conteúdo e traz à consciência pensamentos como tais.*” (p. 40-41). Se esse tipo de argumento funciona para justificar a separação entre pensar e sentir, é, segundo Hegel, por falta de observar a diferença que a Filosofia estabelece em relação ao pensar em geral, o que produz, inclusive, ‘...*grosseiras representações e censuras contra a filosofia.*’ (p.41) A fim de continuar esclarecendo o funcionamento diferenciado do “**conhecer conceituante**”. é afirmada a primazia do pensar na natureza humana: a “*essência pensante*” Essa essência está presente em tudo o que é humano, nas crenças e representações em geral, e possui “primazia” porque é determinante de todos estes diferentes modos da consciência.

A diferença da Filosofia consiste em ser, não a “experiência” direta das representações, das crenças, do direito e da eticidade, mas um tipo de pensamento que é posterior inclusive à meditação que reflete e raciocina sobre os diferentes modos da consciência. É razoável propor aqui a analogia de que a Filosofia seria a reflexão sobre as mais diversas reflexões humanas, sejam teológicas, morais, científicas, sobre sentimentos, e etc.. Hegel diz que a Filosofia vem depois da meditação, que compreende a reflexão e o raciocínio. Quanto à reflexão que analisa “puro pensamento”. embora já tenha sido, equivocadamente, alçada à condição de pressuposto necessário para o conhecer, ou como diz o autor: ‘... *afirmado como condição e mesmo como o único caminho para atingir realmente a representação e a certeza⁴ do eterno e verdadeiro.*” e logo em seguida cita as *Provas Metafísicas da Existência de Deus*, como um exemplo desse “erro” por se pretenderem o meio exclusivo por onde chegar à fé religiosa, certamente não possuem essa “indispensabilidade”. As representações e crenças, mesmo participando da natureza do pensar, por serem “*penetrados*” por ele, possuem autonomia em relação à qualquer reflexão sobre elas, da mesma forma que o caminhar não depende de conhecimentos de mecânica para se realizar.

Poderíamos aventar a hipótese de que Hegel, teólogo que era, e com uma preocupação em “desenvolver” a doutrina cristã, como vemos nos prefácios da Enci-

clopédia (prefácio à terceira edição), estaria tentando responder à acusação de irracionalidade da religiosidade, uma acusação por sinal muito usada em vários momentos da história da Filosofia, mas, para embasar tal vislumbre, certamente é necessário um aprofundamento da discussão sobre o que se entende e o que Hegel entende por racionalidade ou razão e mesmo buscar as minúcias de seu suposto projeto de desenvolvimento da doutrina ou da religiosidade. Afora isso é certo que neste parágrafo dois, a estratégia de “comparar” o pensar filosófico aos demais modos de consciência, particularmente o sentimento religioso, que realmente parece estar num outro extremo, além da noção de unidade do pensar, certamente nos mostra algumas de suas características fundamentais: o pensar a forma do pensar é uma delas. Também nos mostra algum sentido em se dizer que o filosofar é igual e diferente do pensar em geral: é idêntico por ser determinado por ele e ser, digamos, uma “esfera” que compõe a esfera geral do pensar, e diverso, por não ser dependente das outras “esferas” e nem fundamental para elas, mas participar junto com elas de um mesmo todo.

Ainda com relação ao equívoco de se atribuir ao “*pensar que reflete*” a autoridade de determinar as condições em que podem e devem surgir as demais manifestações do pensamento, considero interessantíssima a metáfora escrita por Hegel sobre essa concepção que significa afirmar a reflexão como o único caminho para a verdade e para a segurança no sentir religioso de se crer em Deus:

“(...) Semelhante afirmação concordaria com esta: de que nada podemos comer antes de ter adquirido para nós o conhecimento das determinações químicas, botânicas ou zoológicas dos alimentos; e deveríamos adiar a digestão até ter concluído o estudo da anatomia e da fisiologia.” (p. 41)

Embora já tenha explicado acima as idéias centrais dessa terceira parte do parágrafo dois, utilizando-me também de uma metáfora, a do caminhar sem conhecer mecânica, é interessante buscar a compreensão daquilo que norteia, na minha opinião de forma subliminar, a conclusão da metáfora: de que essas reflexões ou ciências seriam absolutamente indispensáveis e no limite “... *não existiriam absolutamente.* (p. 41)

Trata-se de um trecho que poderia levantar alguns “índices” da dialética. Pois, preconcebendo no escuro, diria que Hegel é autor dialético, em que pese a imprecisão de tal afirmação, e, considerando a dialética como “pretensa arte do bom discurso” ao analisar o movimento dessa parte do discurso, a explicitação de seus “movimentos” e mesmo, das suas “estratégias retóricas”, poderia contribuir para a “clarificação” desses índices ou elementos, mesmo que não sejam eles generalizáveis, isto é, de que a dialética irá se comportar assim em todas as situações, o que seria então uma regra.

Nesse caso Hegel diz: as tais ciências seriam absolutamente indispensáveis e absolutamente dispensáveis. Essa bipolaridade, no entanto, não está no mesmo nível, como os extremos de uma linha vertical plana. São antes os extremos de um barco que se movimenta, em que ora um, ora outro, estão mais para cima, de acordo

com as ondas do mar. O que significa simplesmente que não há uma contradição absoluta, senão no mesmo tempo, ou seja, não se trata, aparentemente, de dizer que uma coisa é e não é ao mesmo tempo, mas que ela é num nível e não é noutro. Óbvio: as tais ciências seriam indispensáveis para o ser humano viver, mas não seriam mais ciências no sentido, por exemplo, de ciência como investigação não totalizada. Isso não seria tolerável pela vida neste caso.

Em resumo: o parágrafo dois afirma que a Filosofia é um tipo diferente de pensamento. Aliás é tão diferente do pensar, digamos, direto sobre os objetos, quanto é uma manifestação do próprio pensamento: é um “segundo” momento, um pensar a forma do pensar. Essas considerações todas são tecidas à luz da noção de que “em si” só existe um pensar, o que significa afirmar a unidade do pensamento nas suas diversas formas ou modos de consciência, mas que não é limitado pela reflexão, ou sua autopercepção ou reflexão “dobrada” sobre si. Hegel propõe que o pensar e o sentimento não estão separados em oposição estanque: são alguns “modos diferentes da consciência” em que a filosofia se detêm, mas que não dependem dela para subsistirem.

NOTAS

¹ A edição aqui utilizada é de uma tradução de Paulo Menezes, colaboração Pe. José Machado, Edições Loyola, São Paulo, 1995.

² Uma relação entre pensar e mundo já pressupõe a sua separação em certo sentido, e também o significado ou campo de ação de cada termo, enfim, nesse caso a correta colocação da questão não apenas traria metade da sua resposta, mas traria na construção uma resposta que talvez a fizesse desaparecer enquanto interrogação)

³ Grifo meu

⁴ O grifo é meu.